



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

## CONTRATO N° 003/2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL E DA PISTA DE CAMINHADA DO ESTÁDIO MUNICIPAL, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, O MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA E A EMPRESA, CONFORME TOMADA DE PREÇO/MENOR PREÇO GLOBAL N° 005/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 081/2023 HOMOLOGADO EM 22/02/2024.**

São Martinho da Serra, 01 de março de 2024.

**CONTRATO** que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO DA SERRA**, CNPJ n.º 94.444.403/0001-73 estabelecido à Avenida 24 de janeiro, 853, nesta cidade, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Robson Flores da Trindade, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **DPAR ENGENHARIA LTDA**, endereço Rua Marechal Floriano, 2853, CNPJ N° 44.114.018/0001-90, Bairro centro, no Município de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo (a) Sr. Diango de Oliveira, portador(a) RG n° 5058907691 e do CPF n° 959.855.140-72, doravante designado(a) simplesmente por **CONTRATADA**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS** e **CONDIÇÕES**:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

- 1.1 Contratação de empresa, por regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, para execução da obra de **IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL E DA PISTA DE CAMINHADA DO ESTÁDIO MUNICIPAL**, conforme projeto e memorial descritivo, através da **TOMADA DE PREÇOS N° 005/2023**.
- 1.2 É de responsabilidade da **CONTRATADA**, todas as taxas para obtenção junto aos órgãos competentes, das licenças, alvarás e demais documentos necessários para execução do serviço.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

1.3 Faz parte do presente Contrato, como se nele estivesse transcrita, toda a documentação referida no caput desta Cláusula, bem como a Proposta de Preços, apresentada pela CONTRATADA e seus anexos.

1.4 O objeto da presente licitação deverá ser executado conforme Projetos Básico, Orçamento Discriminativo, Cronograma Físico Financeiro, que fazem parte deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:**

2.1 O prazo de execução da obra será de 03 (três) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro, a contar da assinatura da Ordem de Início dos Serviços. O prazo de vigência do contrato se estenderá até o recebimento definitivo da obra, que deverá ocorrer 03 (três) meses após o recebimento provisório, resultando em um prazo de contrato de 06 (seis) meses após a assinatura da Ordem de Início dos Serviços.

2.2 O prazo poderá ser prorrogado, mediante justificativa devidamente fundamentada da Contratada, no caso de acontecimentos imprevisíveis que impeçam ou dificultem o adequado andamento da obra, ficando a aceitação ou não do novo prazo a critério da Contratante.

2.3 O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante, se for constatada necessidade de modificações no projeto.

2.4 O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado caso, após o recebimento provisório da obra, seja constatado algum defeito que impeça o seu recebimento definitivo. Ocorrendo isso, o fiscal da obra emitirá uma notificação com um prazo para solução do problema. A prorrogação do prazo do contrato será de igual período ao previsto na referida notificação.

2.5 Atrasos sem a devida justificativa serão punidos de acordo com as sanções previstas no Edital.

2.6 À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação do prazo de forma prévia ao término do período contratual e somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes atos ou fatores:

a) ordem escrita do titular do **CONTRATANTE**, para restringir ou paralisar os serviços no interesse da Administração;

b) por motivo de força maior, tal como definido na legislação brasileira, em especial no Código Civil.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

c) em situações de intempéries climáticas impeditivas do regular andamento dos serviços, devidamente certificadas pelo fiscal designado pela Administração

- 2.7 Ocorrendo a Ordem de Paralisação a CONTRATADA deverá aguardar a Ordem de Reinício para retomada dos serviços.
- 2.8 O requerimento da CONTRATADA para prorrogação deverá ser analisada em até 10 (dez) dias, nos casos acima mencionados nas letras “a” e “b”, ou 48h (quarenta e oito horas), quando ocorrer o aludido na letra “c” e “d”, todos do item 2.2, do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.
- 2.9 Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário ao reinício e conclusão da mesma.
- 2.10 As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

- 3.1 O prazo de execução da obra será de 03 (três) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro, a contar da assinatura da Ordem de Início dos Serviços. O prazo de vigência do contrato se estenderá até o recebimento definitivo da obra, que deverá ocorrer 03 (três) meses após o recebimento provisório, resultando em um prazo de contrato de 06 (seis) meses após a assinatura da Ordem de Início dos Serviços.
- 3.2 A CONTRATADA deverá iniciar em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço Inicial (ou seja da Assinatura desse Contrato).

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO:**

- 4.1 O valor ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada pela CONTRATADA, na Tomada de Preço 005/2023, no valor global de R\$ 124.382,10 (Cento e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e dois reais e dez centavos), expressamente estabelecida que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para completa execução dos serviços.
- 4.2 O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços efetivamente



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

executados MEDIANTE APRESENTAÇÃO das notas fiscais ter sido conferida e atestada pela fiscalização da Prefeitura Municipal e comprovantes de regularidade fiscal da CONTRATADA e da quitação de todos encargos contratuais inclusive verbas remuneratórias mensais dos empregados.

4.3 Serão pagos apenas os serviços executados conforme projeto e alterações aprovadas pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, atestados pelo Boletim de Medição. Para pagamento das medições, que serão realizadas de forma mensal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3.1 - 1ª Via do “Diário da Obra” devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente;

4.3.2 Prova de regularidade e situação com o FGTS;

4.3.3 Prova de regularidade e situação com a fazenda Federal;

4.3.4 Prova de regularidade e situação com a Fazenda Estadual;

4.3.5 Prova de regularidade e situação com a Fazenda Municipal,

4.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.4 O pagamento será realizado em parcelas mensais de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e os boletins de medições atestados pelo Engenheiro Ambiental do Município, mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal ou comissão competente.

4.5 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), com apresentação da guia correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do art. 31, da Lei nº 8.212/91, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como a apresentação dos comprovantes mensais de recolhimento de encargos sociais relativos aos empregados da empresa incidentes sobre folha de pagamento dos trabalhadores que efetuaram os serviços referentes ao objeto deste certame, cópia da folha de pagamento quitada e da GFIP e prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

4.6 A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

- 4.7 Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência suspensão do pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;
- 4.8 O efetivo pagamento será mediante depósito bancário na Conta Corrente n.º C-4774-5, Agência 0504 do Banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL.
- 4.9 O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.
- 4.10 O pagamento não isentará a CONTRATADA da responsabilidade pelo objeto entregue ou implicará em sua aceitação.
- 4.11 O pagamento dar-se-á da seguinte forma:
- I - A contratada deverá expedir Nota Fiscal (NF), em nome da Prefeitura municipal de São Martinho da Serra, constando os serviços prestados, com a identificação do contrato e do número do empenho.
- II- Após a avaliação dos serviços prestados, constatado o atendimento de todas as cláusulas contratuais pelo responsável pela fiscalização do contrato que dará o aceite na NF, encaminhando-a ao Setor de Empenhos para lançamento da liquidação da NF, o qual remeterá, imediatamente, à Secretaria Municipal da Fazenda que efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, após análise da documentação pelo Setor de Contabilidade.
- 4.12 . O atraso na entrega da nota fiscal/fatura acarretará o adiamento do prazo de pagamento da mesma, não incidindo neste caso, qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária.
- 4.13 . Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
- 4.14 . O CONTRATANTE reserva-se ao direito de suspender o pagamento se o serviço



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

prestado ou materiais fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

4.15 O índice de reajuste utilizado pelo Município, em caso de renovação contratual, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1 As despesas decorrentes para a Licitação, para fins de registro contábil, correrão a conta do Orçamento Municipal dos recursos alocados no seguinte Projeto/Atividade designado pela Secretaria:

<b>Proj./Atividade: 2.133 – Manutenção e Expansão da Rede de Iluminação Pública</b>
<b>701 – 4.4.90.51.00.00.00 0706 – Obras e Instalações (Recurso Emenda Parlamentar Paulo Pimenta) (R\$ 100.000,00)</b>
<b>702 – 4.4.90.51.00.00.00 0500 – Obras e Instalações (Recurso Livre) (R\$ 76.944,88)</b>

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES:**

##### **6.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

6.1.1 Prestar os serviços de acordo com a proposta, na forma ajustada e de acordo com as especificações do termo de referência, do projeto e memorial descritivo, respeitando os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro;

6.1.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

6.1.3 Prestar a garantia dentro do prazo estabelecido;

6.1.4 Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido no contrato;

6.1.5 Responsabilizar-se pelo fornecimento de alojamento, alimentação, fardamento e transporte aos operários, pelos materiais de primeiros socorros, além de providenciar o uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) certificados pelos operários, inclusive com prévio treinamento, com a implantação de sinalização obrigatória de obra, conforme a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Deverão ser observadas e atendidas todas as normas inerentes a segurança do trabalho, como a NR 18 e a NR 6;

6.1.6 Não impedir ou dificultar, em hipótese alguma, a fiscalização da Prefeitura Municipal.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

6.1.7 De acordo com a Instrução Normativa N° 1234/2012, da RFB, e do Decreto Municipal N° 4083/2021: a CONTRATADA deverá informar na nota fiscal o percentual do IR/PJ e valor. Se for optante do SIMPLES Nacional deverá apresentar declaração, conforme instrução normativa.

6.1.8 Entregar uma via dos diários de obra à fiscalização;

6.1.9 Entregar, ao final da obra, o projeto “as built”, em formato digital.

6.1.10 Cadastrar a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) nos primeiros 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Início de Serviço e apresentar Certidão Negativa de Débitos de Obra (CND) até a data do Recebimento Definitivo.

6.1.11 De acordo com a Instrução Normativa N° 1234/2012, da RFB, e do Decreto Municipal n° 4083/2021 a Contratada deverá informar na nota fiscal o percentual do IR/PJ e do valor. Se for optante do SIMPLES Nacional deverá apresentar declaração, conforme instrução normativa.

## **6.2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

6.2.1 Prestar os serviços de acordo com a proposta, na forma ajustada e de acordo com as especificações do termo de referência, do projeto e memorial descritivo, respeitando os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro;

6.2.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

6.2.3 Prestar a garantia dentro do prazo estabelecido;

6.2.4 Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido no contrato;

6.2.5 Responsabilizar-se pelo fornecimento de alojamento, alimentação, fardamento e transporte aos operários, pelos materiais de primeiros socorros, além de providenciar o uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) certificados pelos operários, inclusive com prévio treinamento, com a implantação de sinalização obrigatória de obra, conforme a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Deverão ser observadas e atendidas todas as normas inerentes a segurança do trabalho, como a NR 18 e a NR 6;

6.2.6 Não impedir ou dificultar, em hipótese alguma, a fiscalização da Prefeitura Municipal.

6.2.7 De acordo com a Instrução Normativa N° 1234/2012, da RFB, e do Decreto Municipal N° 4083/2021: a CONTRATADA deverá informar na nota fiscal o percentual do IR/PJ e valor. Se for optante do SIMPLES Nacional deverá apresentar declaração, conforme instrução normativa.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

6.2.8 Entregar uma via dos diários de obra à fiscalização;

6.2.9 Entregar, ao final da obra, o projeto “as built”, em formato digital.

6.2.10 Cadastrar a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) nos primeiros 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Início de Serviço e apresentar Certidão Negativa de Débitos de Obra (CND) até a data do Recebimento Definitivo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:**

### **7.1 ADVERTÊNCIA:**

7.1.1 A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

7.1.1.1 Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

7.1.1.2 Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

### **7.2 MULTA:**

7.2.1 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa moratória e multa por inexecução contratual:

#### **7.2.1.1 MULTA MORATÓRIA:**

a) A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

b) A multa moratória será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso na entrega do objeto, calculada sobre o valor total do contrato.

#### **7.2.1.2 MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL:**

c) A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, sobre o valor total do objeto, acrescida de correção monetária e juro de 12% (doze por cento) ao ano.





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

- d) O atraso injustificado na assinatura do Contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, independentemente da penalidade de suspensão.

### **7.3 SUSPENSÃO:**

7.3.1 A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Martinho da Serra/RS destina-se a punir inadimplemento na execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

#### **7.3.1.1 Por 6 (seis) meses:**

- a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.
- b) Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

#### **7.3.1.2 Por 1 (um) ano:**

- a) Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.
- b) Recusar-se a assinar o Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido.

#### **7.3.1.3 Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:**

- a) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente.
- b) Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato.
- c) Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.



**Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

- d) Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação.
- e) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade.

**7.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

7.4.1 A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta, se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

- a) Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade.
- b) Evidência de atuação com interesses escusos.
- c) Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades.

7.4.2 Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de São Martinho da Serra/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, concomitantemente, com a aplicação da penalidade de suspensão de 2 (dois) anos, extinguindo-se após seu término.

7.4.3 A Declaração de Inidoneidade implica proibição da contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

7.4.4 As penalidades previstas neste Contrato poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**8.1.** O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

**8.2.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

**8.3.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**8.4.** Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

**8.5.** Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**8.6.** A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**8.7.** Em caso de rescisão do presente contrato por parte do CONTRATANTE não caberá a CONTRATADA direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**8.8.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**8.9.** Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior

**8.10.** Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 60 (sessenta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

**8.11.** No caso acima, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado desde que a fiscalização do serviço aprove o mesmo, de acordo com os termos deste Contrato.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

**8.12.** Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

**8.13.** Nos demais casos previstos na legislação vigente.

### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:**

**9.1.** Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, todos os trabalhos contratados e o cumprimento deste instrumento contratual estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do **CONTRATANTE**, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro.

**9.2.** A fiscalização e o acompanhamento do Contrato ficará a cargo da designação da Prefeitura Municipal a qual deverá contar com Secretaria de Obras, através da supervisão de Engenheiro Ambientalista.

**9.3.** O **CONTRATANTE** sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo dos serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

**9.4.** À fiscalização compete:

**9.4.1.** O encaminhamento e controle da execução dos serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

**9.4.2.** Proceder às medições com a presença e a participação da **CONTRATADA**, cabendo a esta encaminhar ao **CONTRATANTE** os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

**9.5.** Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela **CONTRATADA**, ou seu representante ou de seus subordinados, o **CONTRATANTE** poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subordinados.



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

- 9.6.** Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 9.7.** A emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica sobre a fiscalização deverá ser feita pelo servidor com tal habilitação, designado pelo CONTRATANTE, e deverá ser apensada ao processo.
- 9.8.** Obriga-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes acesso a todas as partes dos serviços.
- 9.9.** É assegurado a FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão dos serviços e até mesmo a paralisação dos mesmos, caso estes não se encontrem em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no procedimento licitatório, ou quando a CONTRATADA não cumprir com suas obrigações legais, sejam elas descritas neste processo licitatório ou no contrato como “responsabilidades contratuais” ou intrínsecas e emanantes do exercício profissional.
- 9.10.** A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 9.11.** A FISCALIZAÇÃO notificará a CONTRATADA sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas neste contrato, determinando sua regularização, ou, sendo o caso, remetendo a autoridade competente para a abertura de processo.
- 9.12.** A FISCALIZAÇÃO fará as aferições e elaborará a documentação necessária para a liberação de pagamentos, de acordo com as condições estabelecidas contratualmente.
- 9.13.** A FISCALIZAÇÃO recusará os serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA em desacordo com as condições estabelecidas no presente contrato.
- 9.14.** A FISCALIZAÇÃO exigirá da CONTRATADA que exclua da equipe designada para a realização dos serviços pessoa por ela empregada que, a critério do FISCAL, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, persista em conduta prejudicial a saúde ou a segurança, no local da execução dos serviços, ou ainda, de qualquer forma venha a prejudicar o andamento normal de sua execução, devendo a CONTRATADA providenciar a sua substituição em no máximo 24 horas após a notificação, por outra pessoa que atenda os requisitos necessários ao desempenho da respectiva função.
- 9.15.** A FISCALIZAÇÃO do serviço deverá encaminhar documentação relativa ao



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

descumprimento do contrato para aplicação das penalidades cabíveis por parte da Procuradoria-Geral do Município.

**9.16.** Os fiscais do CONTRATANTE terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:

- a) a qualquer momento e desde que achar necessário, solicitar à **CONTRATADA** a substituir de parte ou de toda a equipe técnica responsável pelos serviços, caso constate que a mesma não tenha reais condições técnicas para a execução dos trabalhos dentro da melhor técnica e em observação a Normas da ABNT e demais especificações e recomendações necessárias ao bom andamento das atividades referentes à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- b) recusar os serviços de má qualidade ou não especificados;
- c) suspender a execução de quaisquer serviços em desacordo com as normas da ABNT, especificações e recomendações da Secretaria do Planejamento, exigindo sua reparação por conta da **CONTRATADA**;
- d) exigir da **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle dos serviços;
- e) determinar ordem de prioridade na execução dos serviços.
- f) Determinar a **CONTRATADA** um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o mesmo é insuficiente para dar aos serviços o andamento normal previsto;
- g) Exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;
- h) Exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da **CONTRATADA** que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, e ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;
- i) *Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;*
- j) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado a **CONTRATADA** o direito de solicitar da Fiscalização, por



**Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas;

k) A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO SERVIÇO:**

**10.1.** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**10.2.** Constatando-se irregularidade ou verificando-se estar deficiente a execução do serviço, a CONTRATADA será intimada para regularizar, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS:**

**11.1.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de acrescentar ou reduzir, se julgar necessário, outros serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666, de 21/0/93 e alterações subsequentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SEGUROS E ACIDENTES DE TRABALHO:**

**12.1.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resulte de caso fortuito, até a definitiva aceitação da mesma pelo Município de São Martinho da Serra, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido em via pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS:**

**13.1.** O CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo, suspender a execução do serviço, objeto desta licitação, mediante comunicação escrita a CONTRATADA.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

O termo de suspensão da execução do serviço deverá ser instruído com justificativa escrita e deverá ser comunicada à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição de eficácia dos atos;

**13.2.** A suspensão, total ou parcial, da execução do serviço pelo CONTRATANTE, terá duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ocorrer, em especial, mas não exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- a) Se assim decidir o CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, como forma de preservar a segura e adequada condução do serviço;
- b) Caso o CONTRATANTE seja prejudicada, por inadimplemento da CONTRATADA no cumprimento de qualquer de suas obrigações, no âmbito do presente contrato, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias ou, em prazo maior, conforme eventual acordo entre as partes;

**13.3.** Os serviços executados até o dia da suspensão da execução, ainda não pagos, serão quantificados, de acordo com os termos do contrato e pré analisada a execução pelo Fiscal do contrato;

- a) Quando o serviço já tiver sido iniciado e for suspensão por culpa exclusiva do CONTRATANTE, poderá haver o reembolso à CONTRATADA dos custos adicionais decorrentes da suspensão. Para isso, esta deverá apresentar o CONTRATANTE um estudo indicando as diferentes possibilidades, entre as diversas ações necessárias, e seus respectivos custos, para análise e possível escolha da melhor alternativa pela CONTRATANTE, incluindo-se: Custos decorrentes de desmobilização e nova mobilização;

**13.4.** Não serão prorrogados os prazos previstos no cronograma físico- financeiro de execução, nem admitido nenhum reembolso de custos adicionais, quando a suspensão dos serviços ocorrer por razões exclusivamente imputáveis à CONTRATADA. Neste caso, findo o prazo, o objeto da licitação deverá ser concluído pela CONTRATADA, com a aplicação das penalidades contratuais previstas.

**13.5.** Caberá à CONTRATADA, após o aviso de suspensão:





**Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

- a) Suspender os trabalhos na data e durante o prazo determinado na notificação;
- b) Não emitir nova ordens ou subcontratos para aquisições de materiais e serviços relacionados com o trabalho suspenso.

**13.6.** O cancelamento definitivo dos trabalhos pelo CONTRATANTE determinará de pleno direito, a rescisão do presente contrato, sem que assista à CONTRATADA o direito a nenhuma indenização, além da remuneração dos serviços efetivamente executados;

**13.7.** Rescindido o contrato, a CONTRATADA obriga-se a paralisar os serviços a partir da data da comunicação escrita que expedir ou receber, respondendo por todas as obrigações definidas neste contrato que decorrerem dos trabalhos executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**14.1.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

14.1.1. Quando ocorrer acréscimo ou supressão de serviços, por conveniência do projeto original ou do interesse público respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

14.1.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO:**

**15.1.** O Contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previsto nos art. 77 e 78 da Lei federal 8.666/93 e alterações em vigor, bem como



**Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra**

por superveniência de decisão judicial que importe motivos relevantes para a rescisão do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:**

- 16.1. As omissões relativas ao presente Contrato são reguladas pela legislação vigente, na forma do artigo 65 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e alterações em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- CONDIÇÕES GERAIS:**

- 17.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 17.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 17.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- 17.4. Quaisquer irregularidades acerca deste Contrato deverá ser denunciada ao Egrégio Tribunal de Contas da União e mesmo para os fins do disposto na Lei 8.884/94.
- 17.5. Fica estabelecido que o fornecimento dos serviços e produtos somente poderá ser efetuado pela CONTRATADA, vedada, portanto, a sub contratação dos mesmos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS:**

- 18.1. Ao assinar este contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.
- 18.2. Desta forma, a assinatura deste contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DO FORO:**



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra

**19.1.** Fica eleito o foro da cidade de Santa Maria - RS para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Robson Flores da Trindade  
**Prefeito Municipal**  
CONTRATANTE

André Marcos Pignone  
**Procurador Jurídico**  
OAB/RS 92.782

Diango de Oliveira,  
**DPAR ENGENHARIA LTDA**  
**Representante Legal**  
CONTRATADA

Secretaria de Obras  
**Fiscal do contrato**